



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 26/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04/10/2016:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 04/10/2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Senhores Vereadores Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira, eleito pelo PPD/PSD e Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, e uma vez que não estiveram presentes na Reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 198, referente ao dia 18 do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes ofícios referências 355, 357, 358, 360 a 376, datados 10 de outubro corrente, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua 4ª. sessão ordinária realizada no pretérito dia 30 de setembro, deliberou: -----

-----Tomou conhecimento do Relatório de Auditoria – Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município – 1º. Semestre;-----

-----Aprovou por maioria com treze (13) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo do PPD/PSD e três (3) do Grupo PS, e catorze (14) abstenções sendo doze (12) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP a Modificação por Revisão ao Orçamento Municipal para o ano de 2016 – 3ª. Revisão;-----

-----Aprovou por maioria com maioria com doze (12) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo do PPD/PSD e dois (2) do Grupo do PS, e quinze (15) abstenções sendo treze (13) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP a Modificação por Revisão às Opções do Plano para o ano de 2016 – 3ª. Revisão;-----

-----Aprovou por unanimidade fixar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis artº.112º. do CIMI, em 0,3 % para os Prédios Urbanos (conforme dispõe a Lei nº. 84-D/2014, de 31 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dezembro), a cobrar em 2017;-----

-----Aprovou por unanimidade a redução, no ano de 2017, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em vinte euros (20,00 €) para as famílias com um (1) filho; quarenta euros (40,00 €) para as famílias com dois (2) filhos; setenta euros (70,00 €) para as famílias com três (3) e mais filhos (no artigo 112º- A do CIMI);-----

-----Aprovou por unanimidade fixar em 0,0% a percentagem do IRS pretendida pelo Município (artº. 26º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro) no ano de rendimentos de 2017 e a cobrar em 2018;-----

-----Aprovou por unanimidade fixar a taxa de 0,0% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano económico de 2016 que não ultrapasse cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) e a taxa 1% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), (artº. 18º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro), a cobrar em 2017;-----

-----Aprovou por unanimidade fixar em 0,0% a Taxa Municipal do Direito de Passagem no Ano de 2017;-----

-----Aprovou por maioria com doze (12) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo do PPD/PSD e dois (2) do Grupo do PS, e quinze (15) abstenções sendo treze (13) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP, a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2016;-----

-----Aprovou por maioria com treze (13) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo do PPD/PSD e três (3) de membros do Grupo PS, e catorze (14) abstenções sendo doze (12) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP a Prorrogação por mais Seis Meses do Prazo Para Homologação da Lista de Classificação Final do Procedimento Concursal Comuns de Recrutamento de Assistentes Operacionais (Aviso nº. 5505/2016, do Diário da República 2ª. Série nº. 82, de 28 de abril de 2016);-----

-----Aprovou por unanimidade a Autorização Prévia de Compromisso Plurianual - Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a Execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Horário);-----

-----Aprovou por unanimidade Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual - Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a Execução dos Serviços Fornecimento de Refeições ao 1º. CEB;-----

-----Aprovou por unanimidade a Autorização Prévia de Compromisso Plurianual - Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para Transporte de Alunos.-----

-----Aprovou por maioria, com quinze (15) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo do PPD/PSD, três (3) de membros do Grupo PS e dois (2) do CDS -PP, e doze (12) abstenções do Grupo do PS, a Autorização Prévia de Compromisso Plurianual – Empreitada de Requalificação e Valorização das margens da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre a Ponte do Barril e o Parque Verde;-----

-----Aprovou por unanimidade a Concessão de Isenção de Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis à Actrádia, S.A.;-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão à Associação Cultural e Recreativa de Macieira e Tarrastal da isenção de pagamento de taxa de licenciamento no valor oitocentos e vinte e dois euros e cinquenta e três cêntimos (822,53 €) referente ao processo nº.01/2015/216 de licenciamento da construção nova do seu Edifício Sede;-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Luís Carlos Mateus Borges da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil setecentos e dez euros e nove cêntimos (1.710,09 €) e da TMU de quinhentos e sessenta euros e sessenta e nove cêntimos (560,69 €), referente ao processo n.º01/2016/56 - Construção de Habitação, na Rua Quinta da Gandarada, Gandarada, Freguesia de Sobral;-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Paulo Jorge Marques Ferreira da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e um euros e oitenta e seis cêntimos (901,86€) e da TMU de quinhentos e oitenta e oito euros e dois cêntimos (588,02 €), do processo nº01/2016/59 - Construção de habitação e muros de vedação, sita no Moutinhal, Freguesia de Pala;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Aprovou por unanimidade a concessão Luis Daniel de Matos Almeida da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil setecentos e treze euros e dezoito cêntimos (1.713,18 €) e da TMU de quatrocentos e quinze euros e dezasseis cêntimos (415,16 €), do processo nº01/2016/88, Construção de habitação/anexos/muros de vedação, sita na Rua do Guardão, Vila Gosendo, Freguesia do Sobral;-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Carlos Manuel Ferreira Sacras da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil e cinquenta e quatro euros e seis cêntimos (1.054,06 €) e da TMU de quatrocentos e sessenta e nove euros e quinze cêntimos (469,15 €), referente ao processo nº01/2016/124 - Construção de Habitação e Muro de Vedação, sita na Rua da Quinta, Povoinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça:-----

-----Aprovou por maioria, com treze (13) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo do PPD/PSD e três (3) do Grupo do PS e catorze (14) abstenções, sendo treze (13) do Grupo do PS e uma (1) do CDS-PP, a concessão à CondoFracções da isenção de pagamento de taxa no valor de mil e oito euros (1.008,00 €) referente à licença de ocupação da via pública no âmbito do processo nº.01/2016/81, de obras de conservação – substituição de cobertura de amianto do Edifício BNU, sito na Rua Dr. José Lopes de Oliveira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-FREGUESIA DE ESPINHO:-----

-----Foi presente o ofício referência 30/16, da Freguesia de Espinho em que informa que a pedido do Vogal –Tesoureiro daquela Junta de Freguesia Senhor Óscar Manuel Seabra Gomes, e por motivo de doença, foi desencadeado o processo da sua suspensão de mandato, pelo período de um ano, tendo em Assembleia de Freguesia de 27/09/2016, por proposta do Presidente da Junta de Freguesia, sido substituído mediante eleição pelo Senhor Renato Alexandre Rodrigues Fernandes, que passou a desempenhar as funções Vogal/Tesoureiro da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Junta de Freguesia com início em 1/10/2016 .-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA FLORESTA:-----

-----Foi presente o correio eletrónico enviado em 30/09/2016 do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta dando conhecimento que, suportada nas previsões meteorológicas previstas para o mês de outubro, resultou um entendimento de prolongar o período crítico para 2016 até 15 de outubro, deliberado na Portaria nº. 257/2016, de 29 de setembro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.4.-COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS:-----

-----Foi presente o correio eletrónico datado de 28/09/2016, da Comissão Nacional de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens através do qual envia para conhecimento documento relativo a movimentação do fundo de maneiio que de acordo com a Lei nº. 142/2015, de 9 de setembro, no seu artigo 14º., nº.3 alínea a) refere ser o mesmo para “despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto”.-----

-----Essa verba fixada e transferida para os municípios nos termos de referência fixados pela comissão nacional, carecia em seu entendimento e em face das solicitações que foram recebendo de alguma regulamentação.-----

-----Assim remetem as normas regulamentadoras dos procedimentos a seguir para a determinação e disponibilização dos montantes do fundo de maneiio a atribuir a cada comissão de proteção de crianças e jovens.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 1º. CICLO:-----

5.1.1.-Indeferimento de Processo de Participação de Manuais Escolares do 1º. CEB:

-----No seguimento da notificação efetuada a Luciana Martins da Cruz através do ofício referência 5870, de 28/09/2016, relativa ao projeto de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 21/9/2016 sobre o processo nº. 32/2016 de Participação de manuais escolares do 1º. CEB da sua filha Ana Paula Martins Matos, por não cumprir o expressamente estipulado na reunião de Câmara de 17/08//2016, publicitado no ponto 1 do Edital nº. 64/2016, de 18 de agosto de 2016, ou seja os manuais não foram adquiridos nos estabelecimentos comerciais do Concelho de Mortágua, o Senhor Presidente informou que terminou o prazo do período de audiência prévia para requerente se pronunciar nos termos do CPA, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 21/09/2016, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 44, 45, e 46 de 2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO- Atividades Culturais Desportivas Recreativas:-----

6.1.1.-Sporting Clube de Vale de Acores – Apoio atividade desportiva regular (Futebol):-

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 26/09/2016, do Sporting Clube de Vale de Acores dando conhecimento do inicio das suas atividades desportivas referentes à época de 2016/2017 no passado mês de agosto, solicitando a atribuição do subsídio anual para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato distrital das suas equipas de sub -12, sub -13, sénior e veteranos, num total de setenta (70) atletas, e considerando que:-----

-----O Sporting Clube de Vale de Acores desempenha relevante papel na formação pessoal, cívica e desportiva dos jovens do concelho, contribuindo para uma melhor qualidade das vidas e do seu bem-estar;-----

-----Promove e fomenta a prática desportiva em geral e o futebol de forma especial;-----

-----A equipa sénior desempenha um papel importante na divulgação do nome de Mortágua e na ligação com a comunidade emigrante espalhada pelos diversos Países da Europa.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que pedido se enquadra na alínea c), do número 1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano do subsídio no valor de dezasseis mil euros (16.000,00 €) nos termos do Protocolo a celebrar, e a transferir por duas vezes, metade após a assinatura do Protocolo e o remanescente no inicio do mês de novembro.-----

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701- *Instituições sem fins*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucrativos, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

6.1.2. Mortágua Futebol Clube – Apoio atividade desportiva regular (Futebol):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 5/08/2016 do Mortágua Futebol Clube dando conhecimento do inicio das suas atividades desportivas referentes à época de 2016/2017 no passado mês de agosto, solicitando a atribuição do subsídio anual para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato nacional de seniores e no campeonato distrital das suas equipas de Juniores, Juvenis, Sub 11, Sub 10 e Escolinhas, num total de cento e cinquenta (150 atletas), e considerando que:-----

-----O Mortágua Futebol Clube desempenha relevante papel na formação pessoal, cívica e desportiva dos jovens do concelho, contribuindo com uma grande fatia para uma melhor qualidade das vidas e do seu bem-estar;-----

-----Promove e fomenta a prática desportiva em geral e o futebol de forma especial; -----

-----A equipa sénior desempenha um papel importante na divulgação do nome de Mortágua e na ligação com a comunidade emigrante espalhada pelos diversos Países da Europa.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que pedido se enquadra na alínea c), do n.º.1, do artigo 3.º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano do subsídio no valor de quarenta mil euros (40.000,00 €), nos termos da minuta do Protocolo a celebrar e a transferir por duas vezes, metade após a assinatura do Protocolo e o remanescente no inicio do mês de novembro.-----

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701- *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 - *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

6.1.3.-Casa do Benfica de Mortágua – Apoio atividade desportiva regular (futsal feminino e andebol):-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes as cartas, datadas de 1/06/2016 e 05/08/2015, da Casa do Benfica de Mortágua, dando conhecimento que continuam a participar no Campeonato Distrital de Futsal feminino, com duas equipas, sénior e formação, num total de sessenta (60) atletas, e solicitando a atribuição de um subsídio para apoio ao funcionamento destas modalidades desportivas por forma a minimizar as avultadas despesas que acarretam, e que se estimam na próxima época desportiva de 2016/2017 em quinze mil euros (15.000,00€).

-----O Senhor Presidente, considerando o custo de manutenção das equipas de futsal e a habitual realização do Torneio de Futsal Feminino e que pedido se enquadra na alínea c), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano de um subsídio no montante de cinco mil euros (5.000,00€), mediante a celebração de Protocolo, e a transferir após a assinatura do mesmo.--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701- *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 - *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

compromisso.-----

6.1.4.-Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Nova _ 21º. Concurso de Pesca:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes a carta datada de 21/08/2016 da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Nova, informando da realização a 25 de setembro do seu 21º. Concurso de Pesca Desportivo, e considerando que aquela atividade encontra-se inscrita no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes à mesma.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cento e cinquenta euros (150,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701- *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 - *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

6.1.5.-Orfeão Polifónico de Mortágua – Concerto de Outono:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta datada de 5/10/2016, do Orfeão Polifónico de Mortágua, dando conhecimento da realização no dia 29/10/2016 do seu Concerto de Outono (Solidário), a favor da Escola de Cães Guia (ABAADV) que contará com a participação de 2 grupos corais convidados (Orfeão de Recardães - Agueda, e Coro Polifónico Municipal de Tábua - Tábua) e solicitando o apoio financeiro da Autarquia para fazer face às despesas inerentes à organização do mesmo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de duzentos e cinquenta euros (250,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701- *Instituições sem fins*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucrativos, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

7.-HABITACÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.1.-PLANEAMENTO URBANISTICO -Área de Reabilitação Urbana de Vale de Açores e Mortágua - ARU:-----

7.1.1.-PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana - Candidatura ao Programa Operacional Centro.Portugal 2020:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 436/16, de 11/10/2016, do Programa Operacional Portugal. Centro 2020, através do qual informa que, por deliberação da Comissão Diretiva, datada de 4 de outubro de 2016, a candidatura nº. CENTRO -16-2016-01-060, apresentada por este Município, foi avaliada, nos termos do nº. 6.5. do Convite para a Apresentação de candidaturas de “Planos de Ação de Regeneração Urbana” (PARU). Daquela apreciação qualitativa, correspondente à 1ª. fase, resulta que, ao PARU em causa, é atribuída a classificação global de “Boa”, nos termos do parecer que anexa e que se dá aqui por integralmente reproduzido, reunindo as condições para passar à 2ª. fase – (de “negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados, e da capacidade de concretização do PARU”).-----

-----Nos termos do disposto nos artigos 121º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo poderá esta Câmara Municipal pronunciar-se por escrito sobre a mesma, no prazo de dez (10) dias úteis contados de acordo com o artigo 113º. do mesmo Código.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade manifestar a sua concordância à apreciação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

8.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

8.1.1.-Auto de Notícia de Contra-Ordenação por contravenção ao Dec. Lei nº. 124/2006, na sua atual redação:-----

-----Este assunto foi retirado da Reunião.-----

9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

9.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, Desporto e Natureza:-----

9.1.1.-VII Fim de Semana da Lampantana:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente as Normas de Procedimento da Organização e Realização do Fim de Semana da Lampantana a realizar nos dias 28 a 30 de outubro, e no qual podem participar todos os estabelecimentos de restauração do Concelho que normalmente incluem Lampantana na ementa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar as Normas de Procedimento da Organização e Realização do Fim de Semana da Lampantana.-----

9.2.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

9.2.1.-Aprovação dos Projetos da 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Este Ponto foi retirado da presente Reunião.-----

9.2.2.-Abertura de Concurso Público para Execução da 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-

-----Este Ponto foi retirado da presente Reunião.-----

10.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

10.1.-EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE – Minuta do Contrato:-----

-----O Senhor Presidente informou que a Câmara deliberou na Reunião de Câmara ordinária,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

realizada em 4 de outubro de 2016, adjudicar a empreitada supra, à firma EDIBEST – Engenharia e Construções, Ld^a., pelo valor de duzentos e setenta e cinco mil duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e dois cêntimos (275.225,82 €), acrescido de IVA, e, nessa sequência, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, como a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal, depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.-----

-----Assim, verificando-se que o adjudicatário comprovou a celebração de uma caução, em 12/10/2016, no valor de 13.761,29, através de Garantia Autónoma n.º 2016.08909, assumida pela NORGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A., para garantir a celebração do Contrato acima citado, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (art. 88.º e 98.º n.º 1 do DL n.º 18/2008, de 29/1), foi presente pelo Senhor Presidente a respetiva minuta do contrato para efeitos de aprovação pela Câmara.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com seis votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e dois dos Vereadores eleitos pelo PS, e uma abstenção do Vereador Dr. João Pedro de Almeida Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, aprovar a Minuta do Contrato de Empreitada por Concurso Público para: REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE, pelo valor de duzentos e setenta e cinco mil duzentos e vinte e cinco euros e oitenta e dois cêntimos (275.225,82 €), acrescido de IVA, adjudicada à firma EDIBEST – Engenharia e Construções, Ld^a.-----

11.-ADMINISTRAÇÃO:-----

11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO PARA 2016:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – cinco mil euros (5.000,00 €).-----

-----Reforço de Financiamento não definido – vinte e dois mil euros (22.000,00€).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de despesas de capital – doze mil e quinhentos euros (12.500,00 €);-----

-----Anulação de despesas de capital – oitenta e quatro mil euros (84.000,00 €);-----

-----Reforço de despesas correntes – duzentos e trinta e quatro mil e quinhentos euros (234.500,00 €);-----

----- Anulação despesas correntes – cento e sessenta e três mil euros (163.000,00€).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.3.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - Investimento “Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, até o montante de 1.000.000, 00 €:-----

-----Pelo Senhor foi presente a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação tomada por este Executivo de 21/09/2016 para a contratação de empréstimo de médio longo prazo, pelo prazo de vinte (20) anos, no valor de um milhão de euros (1.000.000,00 €) para aplicação em investimentos de “Execução das Infraestruturas de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira foi efetuado o procedimento de consulta de abertura de crédito a cinco (5) Instituições de crédito com balcão Institucional em Mortágua:-----

-----BPI - Banco Português de Investimento, SA; -----

-----Banco Millenium BCP, SA. -----

-----Caixa Geral de Depósitos, SA.; -----

-----Banco Santander Totta, SA; -----

-----Caixa de Crédito Agrícola Bairrada Aguireira.-----

-----Do Relatório de Análise das propostas verifica-se que:-----

-----Tendo terminado em 7 de outubro corrente o prazo de entrega das propostas com as condições para a contratação de empréstimo deram entrada nos serviços as propostas das seguintes entidades:-----

-----Caixa Geral de Depósitos, SA;-----

-----Banco Millenium BCP, SA;-----

-----Caixa de Crédito Agrícola Bairrada Aguireira;-----

-----Banco Santander Totta, SA;-----

-----O BPI – Banco Português de Investimento, S.A. não apresentou proposta, justificando tal facto com as atuais circunstancias, não ser possível ao banco apresentar, uma proposta concorrencial, suscetível de vir a merecer o interesse do Município.-----

-----Da análise das propostas resulta o seguinte o seguinte: Montante; Finalidade; Prazo; Período de Utilização o constante no anexo do Relatório de Análise e que faz parte integrante



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

desta proposta.-----

-----As propostas apresentadas cumprem as condições contratuais solicitadas, no entanto a Caixa de Crédito Agrícola Bairrada Agueira, apresenta prazos de quinze (15) a dez (10) anos, não apresentando proposta para o prazo máximo de vinte (20) anos, todas as restantes propostas respondem ao quesito de até vinte (20) anos de prazo.-----

-----Todas as propostas têm por base o mesmo indexante, Euribor a 12M e idênticos períodos de utilização e carência de capital.-----

-----As propostas apresentadas pela Caixa Geral de Depósitos, S. A, Banco Millennium BCP, SA e Caixa de Crédito Agrícola Bairrada Agueira, contêm diversas comissões, não apresentando a proposta do Banco Santander Totta, SA qualquer tipo de comissões.-----

-----As propostas apresentam "Spread" que variam entre 1,75% e 1,24%, sendo o "spread" mais baixo o apresentado pelo Banco Santander Totta, SA, respetivamente de 1,24%.-----

-----Relativamente às garantias todas as propostas remetem para as previstas na Lei, solicitando a Caixa de Crédito Agrícola Bairrada e Agueira subscrição de livrança.-----

-----Da análise das propostas resulta que a proposta do Banco Santander Totta SA é a mais vantajosa para o município, apresentando um spread de 1,240% e ausência de comissões, ficando assim ordenadas as propostas apresentadas pelas instituições de crédito:-----

-----1ª. Banco Santander Totta, SA;-----

-----2ª. Caixa Geral de Depósitos, SA;-----

-----3ª. Banco Millennium BCP, SA;-----

-----4ª. Caixa Geral de Crédito Agrícola Bairrada e Agueira.-----

-----A contratação do empréstimo deverá ser formalizada com a instituição que apresenta melhores condições financeiras.-----

-----Face ao exposto propõe-se assim que a Câmara delibere:-----

-----1-Aprovar o Relatório de Análise das propostas-----

-----2-Aprovar solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº.1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos da alínea f) do nº. 1 do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 25º. do mesmo diploma, autorização para, ao abrigo do disposto nos artigos 49º. e 51º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, para a contratação de empréstimo de longo prazo, no valor de 1.000.000,00 €, com o Banco Santander Totta, SA, pelo prazo de 20 anos, indexado à Euribor a 12 Meses e com amortização trimestral, afetar ao investimento anteriormente enumerado, devendo para o efeito remeter-se o mapa dos limites de endividamento do Município bem como todo o processo da respetiva consulta.-----

-----3-Solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do nº.1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, autorização prévia para assunção dos encargos plurianuais associado ao contrato de empréstimo em apreço, ao longo de vinte (20) anos, para cumprimento do artigo 6º., nº. 1 alínea c) da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, cujos encargos se distribuem do seguinte modo:-----

Ano	Amortização de capital 02-100603	Juros 02-0310302	Encargos 02-06020304	Despesa total
Ano 2017	0,00 €	12.400,00 €	0,00 €	12.400,00 €
Ano 2018	0,00 €	12.400,00 €	0,00 €	12.400,00 €
Ano 2019	49.903,10 €	12.168,60 €	0,00 €	62.071,70 €
Ano 2020 e seguintes	950.096,90 €	105.122,20 €	0,00 €	1.055.219,10 €
Total	1.000.000,00 €	142.090,80 €	0,00 €	1.142.090,80 €

-----4-Que seja dispensada a audiência prévia dos interessados, nos termos da alínea a) do nº. 1 do artigo 124º. do CPA, por a decisão a tomar ser urgente, uma vez que, se o financiamento com recurso ao crédito não for assegurado num curto espaço de tempo a concretização do projeto de investimento a ser financiado poderá ficar em causa.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e com três abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Drª. Márcia Maria dos Santos Lopes, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Mais foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal a convocação de uma sessão



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

extraordinária para apreciação e votação do presente assunto.-----

11.4.-CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPE- TÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----A Lei nº. 52/2015, de 09/06, aprovou o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, estabelece o nº. 2 do artº. 6º. do anexo àquela Lei que os municípios podem delegar nas comunidades intermunicipais as respetivas competências.-----

-----Nos termos do artº. 7º. do citado diploma legal as Comunidades Intermunicipais são as autoridades competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvem integral e maioritariamente na respetiva área geográfica, e o artº. 10º. dispõe que a delegação de competências se faz através de contratos interadministrativos.-----

-----A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra remeteu Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, a celebrar entre o Município de Mortágua e aquela Comunidade, tendo por objetivo a delegação de competências de municipais no âmbito do sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, e que se dá aqui por integralmente reproduzida ficando para os devidos efeitos legais apensa à presente minuta.-----

-----Nos termos previstos na alínea k) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro constitui competência do órgão deliberativo autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a entidade intermunicipal, sob proposta do órgão executivo.-----

-----Proponho que a Câmara delibere aprovar a minuta do de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, a celebrar entre



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o Município de Mortágua e Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, e que seja submetido o assunto à apreciação da Assembleia Municipal de Mortágua para efeitos da emissão da competente autorização, nos termos previstos na alínea k) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----

-----Mais foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal a convocação de uma sessão extraordinária para apreciação e votação do presente assunto.-----

11.5.-PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A ANMP E A EDP – ALTERAÇÃO DO ANEXO I AO CONTRATO TIPO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO APROVADO PELA PORTARIA Nº.454/2001, DE 5 DE MAIO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a circular referência 74/PB2016, datada de 13/09/2016, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conhecimento que aquela Associação de Municípios e a EDP Distribuição celebraram um Protocolo que tem por objeto os equipamentos de iluminação a instalar nas redes de iluminação pública, procedendo à revisão do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria nº 454/2001, de 5 de maio. -----

-----Sendo a EDP Distribuição responsável pelo estabelecimento e, em regra, pela conservação das redes de iluminação pública dos municípios, e tendo presente a evolução tecnológica e de mercado verificada nos aparelhos de iluminação e respetivos suportes e, nomeadamente, o grau de maturidade atingido pelas luminárias com tecnologia LED, a ANMP e a EDP Distribuição acordaram a revisão dos equipamentos utilizados na iluminação pública desde 2001, passando o LED a material de tipo corrente.-----

-----As luminárias LED agora introduzidas no Anexo I passarão a ser utilizadas nas situações de estabelecimento de novas redes de iluminação pública, substituição de luminárias com lâmpadas de vapor de mercúrio decorrente da remodelação de redes de IP, e substituição de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

luminárias obsoletas ou em más condições de conservação. -----

-----Salienta, ainda, que se qualificou como material de tipo corrente algumas luminárias LED destinadas a núcleos antigos delimitados. Pretendendo-se, assim, propiciar a instalação progressiva de equipamentos modernos nas redes de iluminação pública, mais adequados às exigências da eficiência energética e da economia de custos.-----

-----Envia, em anexo, o Protocolo firmado, salientando que o mesmo será aplicável a cada município mediante a celebração de Protocolo para o efeito com a EDP Distribuição.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar que seja desenvolvido o respetivo procedimento para que o Acordo firmado entre a ANMP e a EDP Distribuição seja aplicado a este Município, solicitando à EDP o envio da respetiva alteração do Anexo I que é parte integrante do contrato de concessão celebrado entre este município e a EDP para efeitos de deliberação dos órgãos municipais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, conforme dispõe na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, uma vez que a sua revisão constitui uma alteração a tal contrato de concessão.-----

11.6.-ALMOÇO CONVÍVIO DE NATAL DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO:-----

-----O Senhor Presidente propôs que à semelhança do que vem acontecendo nos anos transatos, se realizasse um almoço convívio de Natal, no dia de 17 de dezembro próximo, para todo o pessoal desta Autarquia e seus familiares (cônjuges e filhos a cargo) e que o convite fosse extensivo aos Executivos das Juntas de Freguesia.-----

-----Mais propôs que fossem atribuídas prendas aos filhos até aos doze (12) anos de idade e que também fosse adquirida uma garrafa de vinho da região para ofertar a cada família.-----

-----A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a proposta do Senhor Presidente.-----

-----O Senhor Presidente no uso das competências próprias desencadeará os respetivos processos de fornecimentos e de prestação de serviço necessários, de acordo com a alínea a), do número 1 do artigo 20º. do Código dos Contratos Públicos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.7.-LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – Apoio atividade:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta datada de 02/09/2016, da Liga Portuguesa Contra o Cancro – Grupo de Apoio de Mortágua, informando que à semelhança de anos transatos realizará no dia 8 de outubro corrente um jantar solidário e outras atividades culturais a decorrer no mesmo, para angariação de fundos destinados à Liga Portuguesa Contra o Cancro, e solicitando também o contributo desta autarquia.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade atribuir um subsídio no montante de quinhentos euros (500,00 €).-----

11.8.-ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO DO CONCELHO DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico datado de 7 de outubro corrente, da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, a remeter um exemplar dos mapas de Serviço da Proposta de turnos das farmácias deste Concelho no ano de 2017 para análise e parecer, conforme no Decreto – Lei n.º. 53/2007, de 8 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º. 7/2011, de 10 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º.172/2012, de 1 de agosto, e no artigo 3.º, n.º.1 da Portaria 277/2012, de 12 de setembro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao mapa de serviço nos turnos das Farmácias deste Concelho.-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1.-PROC.º. Nº. 01/2014/271 PARA CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo referência 01/2014/271, em nome de Pedro Miguel Torres de Carvalho, referente à construção de habitação, sita na Rua 25 de Abril, no Barril, União das Freguesias de Mortágua Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 07/09/2016, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º e n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício referência, 5701 de 13/09/2016, o requerente Pedro Miguel Torres Carvalho, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença para construção de habitação unifamiliar, a edificar no prédio urbano inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º3280, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua, sob o n.º 3469, localizado na Rua 25 de Abril, no Barril, União de Freguesias de Mortágua, uma vez que não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano, após a sua notificação, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----De acordo com a informação da gestora do processo datada de 11/10/2016 decorrido o prazo para audiência prévia ao interessado, que terminou a 10/10/2016, o mesmo não se pronunciou nem juntou qualquer elemento ao processo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere, em conformidade com o disposto no n.º.2 do artigo 71º. do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade declarar a caducidade do ato de licenciamento para a realização da operação urbanística relativo ao processo referência 01/2014/271, em nome de Pedro Miguel Torres de Carvalho, referente à construção de habitação, sita na Rua 25 de Abril, no Barril, União das Freguesias de Mortágua Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

12.2.-REQº. Nº.650/2016, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCESSO 01/2016/96 – CONSTRUÇÃO NOVA - HABITAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 01/2016/650, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Jorge Manuel Rodrigues Neves a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil cento e cinquenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos (1.157,75 €) e de TMU no valor de duzentos e vinte e seis euros e um cêntimo (226,01 €), referente ao processo n.º. 01/2016/96 Construção nova – habitação, sita em Anceiro, Freguesia de Espinho, Concelho de Mortágua.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º.2 do artigo 16º. da Lei n.º.73/2013 de 3 de setembro.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento a Jorge Manuel Rodrigues Neves da taxa de licenciamento no valor de no valor de mil cento e cinquenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos (1.157,75 €) e de TMU no valor de duzentos e vinte e seis euros e um cêntimo (226,01 €), referente ao processo n.º. 01/2016/96 Construção nova – habitação, sita em Anceiro, Freguesia de Espinho, Concelho de Mortágua.-----

12.3.-PROCº. N.º. 01/2015/215 A DIVISÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL DO EDIFÍCIO SITO NA RUA DE S. DOMINGOS, MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 01//2015/215 requerimento 622/2016, de José António Diogo, Construções Unipessoal, Lda., contribuinte na qualidade de proprietário de um edifício e seu logradouro sito na Rua de S. Domingos, na localidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e implantado no prédio urbano registado na Conservatória do Registo Predial sob o nº. 2.426 e na matriz da União das Freguesias sob o artigo 2.727, a requerer a divisão do prédio em propriedade horizontal.-----

-----O prédio urbano e o edifício são compostos pelas seguintes áreas:-----

-----Área de implantação – 347,10 m²;-----

-----Área total de construção – 580,30 m²;-----

-----Área total das frações – 796,30 m²;-----

-----O edifício é constituído por dois (2) pisos, sendo que é uma moradia bifamiliar, a sua organização interior será:-----

-----Moradia bifamiliar-----

-----R/CHÃO:-----

-----Esquerda: Uma (1) cozinha, uma (1) sala comum, um (1) quarto, um (1) quarto de banho, uma (1) circulação e um (1) hall;-----

----- Direita: Uma (1) cozinha, uma (1) sala comum, um (1) quarto, um (1) quarto de banho, um (1) circulação e um (1) hall;-----

-----ANDAR:-----

-----Esquerda: Três (3) quartos, três (3) quartos de banho, uma (1) circulação;-----

-----Direita: Três (3) quartos, três (3) quartos de banho, uma (1) circulação.-----

-----R/CHÃO:-----

-----Esquerda: uma (1) garagem e um (1) alpendre;-----

-----Direita: uma (1) garagem e um (1) alpendre.-----

-----Ambas as frações têm acesso direto à via pública.-----

-----Assim a requerente optou por dividir o edifício em duas (2) frações, tendo o mesmo condições para tal, com unidades independentes, distintas e isoladas entre si, com saídas próprias para a via pública.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A descrição das fração é a constante na memória descritiva e justificativa do pedido que se dá aqui por integralmente reproduzida e constante no respetivo processo.-----

-----O processo foi objeto do seguinte Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território: *"Constituíram-se frações autónomas, distintas e isoladas entre si e que possuem saída própria para parte comum do prédio.*-----

-----*É dado cumprimento aos pressupostos constantes do artº. 1414º. e 1415º. do Código Civil. Nada há a opor à constituição da propriedade horizontal agora apresentada pelo que se propõe o seu deferimento".*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e os pareceres técnico e administrativo exarados no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão de constituição do edifício em propriedade horizontal.-----

12.4.-REQUERIMENTO 352/2016, PROCº. Nº. 01/2016/100, REQUERIDO PELA REPSOL GÁS DE PORTUGAL, S.A PARA ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM DE GPL – CLASSE A1, NO POLO INDUSTRIAL DE VALE DE BORREGÃO, MARMELEIRA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo nº. 01/2016/100, cujo requerente é Repsol Gás Portugal, SA para licenciamento da alteração/ampliação de instalação de armazenagem de GPL – Classe A1, Rua Democrática, no Polo Industrial de Vale de Borregão, Freguesia da Marmeleira, e que veio no seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/08/2016 e notificada através do ofício referência 5568, de 16 de agosto de 2016, alegar o seguinte:-----

----- "Tendo tomado conhecimento do teor do vosso ofício nº. 005568, de 16 de agosto de 2016 referente ao processo nº. 01/2016/100, ao qual prestamos a nossa melhor atenção, vimos por este meio prestar a V. Exª. a seguinte informação.-----

-----A entrada em vigor do Decreto –Lei 195/2008 de 06 Outubro e a Portaria 1515/2007 de 30 de Novembro veio, de uma vez por todas, uniformizar o licenciamento das instalações de armazenagem de GPL, de forma a evitar a existência de procedimentos diferentes,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

independentemente do Concelho onde se realiza este tipo de instalação.-----

-----A alínea 2) do artº. 19º. da Portaria 1515/2007, no que respeita ao processo de classe A1, diz o seguinte “as instalações apenas são sujeitas à vistoria final prevista no nº. 14, efetuada pela entidade licenciadora, a qual emite a respetiva licença de exploração, prevista no nº. 15, e comunica à Autoridade Nacional de Proteção Civil a localização e a entrada em exploração da mesma”.-----

-----É entendimento geral que não faz qualquer sentido solicitar a emissão de uma licença de construção de um processo da Classe A1. Em todos os municípios onde temos instalações deste tipo, até à data nunca nos foi solicitado tal procedimento.-----

-----Mais informamos V. Exª. que esta instalação se trata de aumento de capacidade, onde apenas se efetua a substituição de um reservatório por outro, sendo que o recinto é o mesmo, ou seja não é necessário nenhum trabalho de construção para a execução da instalação.-----

-----Assim e com vista à desburocratização deste tipo de licenciamento, solicitamos a V. Exª. a reapreciação do processo de instalação de armazenagem de GPL em causa”.-----

-----Sobre o assunto em causa foi emanado o Parecer Técnico pelo Divisão de Planeamento e Administração do Território, datado de 3/10/2016, do seguinte teor:-----

-----“Requerente Repsol Gás Portugal S.A.-----

-----Procº. nº.01/2016/100.-----

-----Reqº. 352/2016 – Reclamação sobre licenciamento municipal.-----

-----Local da Obra: Rua Democrática – Polo Industrial de Vale de Borregão – Marmeleira-----

-----A análise da reclamação em epígrafe leva-me a emitir o seguinte parecer técnico:-----

-----. O processo de obras 01.2016.100 desenvolve na folha 20 – parágrafo 2.2 a “instalação e colocação do reservatório” (em recinto próprio, com uma área de implantação de 32,25 m2, assente sobre muros de betão, com fundações apropriadas às cargas de serviço, pavimento cimentado, delimitação do recinto em painéis de rede metálica ...etc.) de acordo ainda com o projeto (desenho nº. 3 – planta, alçados e cortes) constantes da folha 28;-----

-----. De acordo com RJUE – regime jurídico da urbanização e edificação (DL nº. 555/99



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

alterado pelo DL n.º.136/2014), este tipo de obra constitui um “edificação”, nos termos da definição constante da alínea a) do artigo 2.º, sujeita, portanto a procedimentos de controle prévio de acordo com a alínea c) do n.º.2 do artigo 4.º.-----

----- Assim, além da conformidade da operação urbanística prevista no n.º.2 do artigo 5.º. do DL n.º.267/2002 alterada pelo DL n.º.217/2012 (instalações de combustíveis) tem que ser verificada a conformidade das instalações com requisitos específicos de armazenamento de combustíveis através do licenciamento (simplificado) da instalação, de acordo com o artigo 18 da portaria n.º.1515/2007.-----

-----Afigura-se assim a existência de 2 tipos de licenciamento:-----

-----da operação urbanística da edificação (RJUE – DL n.º.555/99 – projeto da edificação, estabilidade, fundações, apoios, betão armados, pilares, pavimentos cimentados, vedação exterior perimetral).-----

----- da instalação e funcionamento dos equipamentos (DL n.º. 217/2012).-----

-----No caso concreto em análise e uma vez que é indicado no último parágrafo da reclamação que se trata de um aumento de capacidade do reservatório, de 4,48 m3 por 7,48 m3, no mesmo recinto e, portanto, sem necessidade de proceder a trabalhos de construção, não se justifica, pois, licenciamento da edificação com base no RJUE mantendo-se, contudo, o procedimento de “licenciamento simplificado da instalação” nos termos do DL n.º. 217/2012 e portaria n.º. 1515/2017.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o requerente da conclusão do Parecer do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, remetendo-se o processo aquele Chefe de Divisão para efeitos de elaboração de proposta de decisão.-----

12.5.-PROC.º.Nº. 05/2016/4 DE ALTERAÇÃO DE CAMINHO, NA RUA DA GANDARADA, VILA MEÃ, FREGUESIA DO SOBRAL:-----

-----Este assunto foi retirado da presente Reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.6.-PROCº. Nº. 04/2016/59 DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA DE EXISTÊNCIA DE QUALQUER EDIFICAÇÃO NO PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTIGO 1821 DA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 04/2016/59, requerimento registado com o nº. 04/2016/630 de Maria de Lurdes Gonçalves, residente na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 47, R/Chão esquerdo, Coimbra, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como no prédio urbano inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 1821-U, sito na Rua da Igreja, na localidade de Vale de Remígio, é apenas terreno de construção uma vez que a edificação existente no mesmo foi destruída há vários anos.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico do Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

12.7.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) Número 10.2016/34, de Alcino Martins, na qualidade de cabeça de casal das heranças abertas por óbito de seus pais Álvaro Cipriano Martins e mulher Urvalina dos Anjos, proprietários do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 10263 no local denominado “Vale de Coelho”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 1,200000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Dilia Maria Martins Fernandes – um sexto (1/6), correspondente a 2.000m2, Maria Vitoria Martins da Cruz – um sexto (1/6), correspondente a 2.000m2;-----

-----b) Nº. 10.2016/35, de Alcino Martins, na qualidade de cabeça de casal das heranças abertas por óbito de seus pais Álvaro Cipriano Martins e mulher Urvalina dos Anjos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

proprietários do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 11.326 no local denominado “Fonte Serve”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 2,600000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Orlandina Martins da Silva – um dezoito avos (1/18), correspondente a 1.444,44 m2, Alcino Martins - um dezoito avos (1/18), correspondente a 1.444,44 m2.-----

-----c) Número 10.2016/36, de Alcino Martins, na qualidade de cabeça de casal das heranças abertas por óbito de seus pais Álvaro Cipriano Martins e mulher Urvalina dos Anjos, proprietários do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 11.316 no local denominado “Penedo das Uvas”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 4,000000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Isabel Fernanda Martins – um catorze avos (1/14), correspondente a 2.857,14 m2, Alcino Martins - um catorze avos (1/14), correspondente a 2.857,14 m2.-----

-----d) Número 10.2016/37, de Alcino Martins, na qualidade de cabeça de casal das heranças abertas por óbito de seus pais Álvaro Cipriano Martins e mulher Urvalina dos Anjos, proprietários do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 10.205 no local denominado “Brinhal”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,498000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Orlandina Martins da Silva - um quarto (1/4), correspondente a 1.245,00 m2, Isabel Fernanda Martins - um quarto (1/4), correspondente a 1.245,00 m2.-----

-----e) Número 10.2016/30, de Alcino Martins, na qualidade de cabeça de casal das heranças abertas por óbito de seus pais Álvaro Cipriano Martins e mulher Urvalina dos Anjos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

proprietários do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 11.529 no local denominado “Terra do Poço”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,240000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Orlandina Martins da Silva – um meio (1/2), correspondente a 1.200,00 m², Isabel Fernanda Martins - um meio (1/2), correspondente a 1.200,00 m².-----

-----f) Número 10.2016/39, de Alcino Martins, na qualidade de cabeça de casal das heranças abertas por óbito de seus pais Álvaro Cipriano Martins e mulher Urvalina dos Anjos, proprietários do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 111.334 no local denominado “Fonte Serve”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 3,600000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Alcino Martins – um dezoito avos (1/18), correspondente a 2.000,00 m², Maria Vitoria Martins da Cruz um dezoito avos (1/18), correspondente a 2.000,00 m².-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e o parecer do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território constante no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

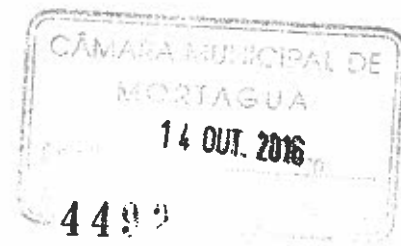
-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----

Додано:
А. Павлов да
Башкир
2016/10/12

✓



Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
do Município de Mortágua
Rua Dr João Lopes de Moraes
3450-153 Mortágua

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

Centro2020 436/16
CENTRO 2020 - Secretaria Virtual

11.07.2015

Assunto: CENTRO-16-2016-01-060 - PARU de Mortágua - Notificação Decisão - 1ª Fase - Avaliação Qualitativa PARU

Por deliberação da Comissão Diretiva, datada de 4 de outubro de 2016, informamos que a candidatura n.º CENTRO-16-2016-01-060, apresentada pelo Município a que V. Exa. Preside, foi avaliada, nos termos do n.º 6.5 do Convite para a Apresentação de candidaturas de “Planos de Ação de Regeneração Urbana” (PARU). Desta apreciação qualitativa, correspondente à 1.ª fase, resulta que, ao PARU em causa, é atribuída a classificação global de “Boa”, nos termos do parecer em anexo, reunindo condições para passar à 2.ª fase (de “negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados, e da capacidade de concretização do PARU”).

Nos termos do disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, poderão, querendo, pronunciar-se por escrito sobre a mesma, **no prazo de 10 dias úteis** contados de acordo com o artigo 113.º do mesmo Código.

Os documentos constantes do presente processo podem ser consultados dentro do prazo acima referido, na morada Rua Bernardim Ribeiro, 80; 3000-069 Coimbra, das 09:00 horas às 18:00 horas.

Os meus melhores cumprimentos,

A Vogal Executiva da Comissão Diretiva


 (Isabel Damasceno)

1. Estrutura do PARU e Componentes do plano de ação de regeneração urbana a incluir no PARU

Este ponto foca-se na confirmação de que a candidatura PARU engloba os principais elementos previstos no Aviso que enquadra as candidaturas (CENTRO - 16 - 2016 - 01). Assim, a análise efetuada neste ponto consistiu em verificar se a candidatura integra as componentes previstas no ponto 5. do Aviso, bem como a informação mencionada nas “Notas de apoio ao preenchimento do formulário de candidatura”.

Ao nível dos conteúdos básicos exigíveis, destacam-se os seguintes aspetos/insuficiências/omissões:

- a) No que se refere aos Ficheiros em anexo ao Formulário de candidatura obrigatórios, de acordo com o definido nas Notas de Apoio ao preenchimento do Formulário de candidatura, verifica-se que:
 - i. A ficha síntese do plano de ação de regeneração urbana não se encontra devidamente preenchida, pois não indica o investimento e o FEDER associados ao instrumento financeiro. Não foi ainda apresentada a ficha PARU associada ao investimento financeiro.
 - ii. A planta de delimitação territorial apresentada na fase de submissão da candidatura não permitia identificar inequivocamente as intervenções e as áreas prioritárias. Após os esclarecimentos prestados pelo promotor, em 05.08.2016, 08.08.2016 e 09.08.2016 foi apresentada delimitação da ARU com a localização das intervenções e estratificação das zonas prioritárias de intervenção (centro histórico, zonas ribeirinhas e zonas industriais abandonadas). A planta de delimitação da área de intervenção do PARU inclui centro histórico, zona industrial abandonada e zona ribeirinha como áreas prioritárias.
 - iii. Os documentos de suporte sobre o procedimento de delimitação da(s) ARU(s) permitem concluir que a ARU dos núcleos de vale de Açores e Mortágua se encontra delimitada (aprovada pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal e publicada em Diário da República).
- b) O diagnóstico da situação territorial:
 - i. Não sinaliza os principais problemas e prioridades para o respetivo território.
- c) No que toca aos objetivos e definição da estratégia, tendo por base a síntese do diagnóstico da situação territorial, verifica-se que:
 - i. Não é evidenciado o envolvimento dos vários atores no território.
 - ii. A estratégia PARU apresentada não se centra exclusivamente no Centro Urbano de Mortágua que consta do Anexo 1 ao Aviso, abrangendo intervenções nos aglomerados urbanos de Mortágua e de Vale de Açores.
 - iii. Não é evidenciado de modo fundamentado a coerência e articulação das intervenções previstas com o processo de definição e delimitação da Área de Reabilitação Urbana.
 - iv. No que toca à coerência da abordagem proposta face à natureza do espaço a intervir (centros históricos (CH), zonas ribeirinhas (ZR) e zonas industriais abandonadas (ZIA)), verifica-se que no formulário de candidatura não é feita uma contextualização clara que evidencie essa coerência.
 - v. Quanto à avaliação da complementaridade e do impacto das intervenções propostas em diferentes domínios (ambientais, sociais, económicos, qualidade de vida, ordenamento do



Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)

território, sustentabilidade no uso dos recursos etc.) verifica-se que no formulário de candidatura, não é feita uma contextualização clara que evidencie essa complementaridade. Contudo, é possível aferir dessa coerência através de outros documentos de suporte apresentados.

- d) Não é justificada a razoabilidade do custo associado à implementação do plano e o financiamento esperado, face à dotação programada para a totalidade do período de programação do PO.
- e) No que diz respeito à razoabilidade do custo associado à implementação do plano e o financiamento esperado, verifica-se que o diferencial da proposta de dotação apresentada (incluindo 1,6 % para instrumento financeiro, no valor de 80.000,00 €) é superior em 452 % face ao referencial máximo para atribuição dos recursos disponíveis, apurado de acordo com o definido no ponto 5 do aviso. Assim, considera-se que a proposta é pouco razoável, ou seja, as disponibilidades financeiras do PO não foram tidas em consideração na proposta apresentada, pelo que deverá ser efetuada a priorização dos investimentos para cofinanciamento. Na reunião de 04.08.2016, entre a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro e o Município de Mortágua, foi efetuada a priorização dos investimentos, de modo a ajustar o FEDER proposto ao referencial máximo definido no aviso de concurso.
- f) Ao nível dos indicadores de realização e resultado, verifica-se que:
 - i. A informação apresentada está globalmente alinhada com os indicadores definidos no PO e explicitados no Anexo 3 do Aviso.
 - ii. Não é descrita a metodologia de cálculo dos indicadores de realização e resultado propostos.
 - iii. Não são identificados os mecanismos de recolha de dados e monitorização a realizar em fase posterior.
- g) Não é evidenciado que as intervenções de requalificação em edifícios estão dirigidas a edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, ou nível de conservação inferior a 2.
- h) Não é evidenciado que as intervenções de requalificação em edifícios correspondem a reabilitações integrais.

Do atrás exposto, conclui-se que de uma forma global a estratégia relativa à regeneração urbana apresentada respeita satisfatoriamente a estrutura prevista no Aviso e integra a informação mencionada nas “Notas de apoio ao preenchimento do formulário de candidatura”.

2. Avaliação Qualitativa

Este ponto foca-se na avaliação qualitativa prevista no ponto 6.5 do Aviso. Neste ponto, cada candidatura é classificada como “insuficiente”, “suficiente” ou “boa”. Para cada PARU reúne-se, quando aplicável, um conjunto de recomendações que visam apoiar a reformulação da respetiva candidatura e/ou a facilitação da fase seguinte do processo de seleção (negociação).

Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)

Julga-se relevante salientar que a avaliação efetuada incorpora o contributo das Direções de Serviços de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação Regional do Centro.

2.1. Coerência com os objetivos do PO e com a EIDT reconhecida

No que toca à Coerência com os objetivos do PO e com a EIDT reconhecida, considera-se que a mesma reúne condições para ser classificada como “Boa”.

Identificam-se seguidamente os aspetos que determinaram a classificação atribuída, designadamente:

- a) No que toca à coerência com os objetivos do PO, da análise de toda a documentação de suporte da candidatura verifica-se que:
 - i. A estratégia PARU apresenta ações que maioritariamente concorrem para o objetivo específico de "melhoria do ambiente urbano" e, por outro lado, o promotor evidencia essa coerência, através de referência fundamentada no formulário de candidatura.
- b) No que toca à coerência das intervenções propostas com a EIDT, verifica-se que é feita evidência da sua coerência.
- c) No que toca à coerência das propostas do PO e integração nos instrumentos de gestão territorial em vigor, verifica-se que é evidenciado de forma fundamentada a sua coerência com a proposta do PROT Centro.
- d) No que diz respeito ao contributo para os indicadores do PO e tendo por referência as suas metas, considera-se que as intervenções propostas apresentam um contributo médio, dado que em termos globais as mesmas apresentam um contributo de superior ou igual a 2% (mas inferior a 4%) das previstas para o PO.

2.2. Qualidade Global do PARU, incluindo dos mecanismos de monitorização e avaliação

No que toca à Qualidade Global do PARU, incluindo dos mecanismos de governação, monitorização e avaliação, considera-se que a mesma reúne condições para ser classificada como “Boa”.

Identificam-se seguidamente os aspetos que determinaram a classificação atribuída, designadamente:

- a) No que toca à avaliação da coerência da abordagem PARU, face à natureza o espaço em causa (Centro Histórico (CH), Zona Ribeirinha (ZR), e Zonas Industriais Abandonadas (ZIA)), considera-se que a mesma é satisfatória, dado que:



Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)

- i. A estratégia PARU apresentada não se centra exclusivamente no Centro Urbano de Mortágua que consta do Anexo 1 ao Aviso e a sua área de intervenção não coincide com a da ARU, sendo infra ARU.
- ii. No formulário de candidatura não é apresentada informação que contextualize a delimitação do PARU e que evidencie a coerência. Contudo, da análise da delimitação do PARU é possível concluir com algumas reservas que foi tida em consideração a natureza dos espaços (centro histórico (zonas urbanas consolidadas com edificado com mais de 30 anos), zona ribeirinha, espaços industriais abandonados).
- iii. A maioria das ações propostas concorrem para a melhoria da natureza do espaço relativo ao centro histórico, à zona industrial abandonada e à zona ribeirinha.

b) Quanto à Coerência interna do PARU, pode ser classificada globalmente como conseguida, dado que:

- i. O grau de integração das diferentes dimensões (ambiental, económica, social, qualidade de vida, ordenamento do território, sustentabilidade no uso dos recursos, etc) evidenciado é residual/satisfatório/conseguido, na medida em que da avaliação da complementaridade realizada pelo promotor o impacto das intervenções contribui para 5 dimensões (económica, social, qualidade de vida, cultural e ambiental).
- ii. Em relação aos mecanismos de monitorização e avaliação não é apresentada informação sobre os mecanismos de recolha de dados e monitorização a realizar em fase posterior, não sendo feita uma referência à metodologia de cálculo dos indicadores de realização e de resultados propostos.

2.3. Apreciação qualitativa global e observações/recomendações

Considerando o exposto nos pontos 2.1 e 2.2 do presente parecer e aplicando a grelha de classificação constante do ponto 6.5 do Aviso CENTRO - 16 - 2016 - 01, à candidatura PARU em apreço é atribuída a classificação qualitativa Global de “Boa”, encontrando-se reunidas condições para a candidatura passar à segunda fase do processo de avaliação com as seguintes observações/recomendações:

- a) Apresentação de informação de base geográfica necessária ao adequado acompanhamento e monitorização das intervenções no âmbito da avaliação em ordenamento do território e desenvolvimento regional, designadamente através da apresentação dos polígonos georreferenciados, conforme artigo 3º do DL n.º 141/2014, de 19 de setembro, das áreas objeto de intervenção do PARU, incluindo:
 - i. Centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas dentro de Áreas de Reabilitação Urbana que são objeto de Plano de Ação de Regeneração Urbana.
- b) Para efeitos de apresentação futura de operações relativas à reabilitação de edifícios, deverá atender-se a que os investimentos apoiados se limitam à intervenção no edificado.
- c) Serão de privilegiar os investimentos mais racionais em termos de custo/ benefício (contributo para as metas de realização do PO) e que tenham naturalmente em conta as prioridades estratégicas do Município.

- d) Como resultado das conclusões vertidas pela Direção de Serviços de Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, verifica-se a necessidades de acautelar os seguintes aspetos:
- i. No domínio da estruturação do espaço público, deve-se ter em atenção a normativa prevista na proposta do PROT Centro para o efeito, nomeadamente a norma TG3 e respetivo anexo IX (2011: 123), relativa ao estreitar da inter-relação entre a infraestrutura e a edificação, através, por exemplo, de mecanismos que promovam a reabilitação do edificado e a ocupação dos vazios urbanos.



Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
do Município de Mortágua
Rua Dr João Lopes de Moraes
3450-153 Mortágua

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Centro2020 452/16
CENTRO 2020 - Secretaria Virtual

Data

11.09.2016

Assunto: CENTRO-16-2016-01-060 - PARU de Mortágua - Notificação Decisão Final - 2ª Fase

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, em conjugação com o n.º 1 do Mapa VII, do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, cumpre-nos informar que a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, em reunião do dia 4 de outubro de 2016, deliberou em definitivo, sobre a segunda fase de avaliação dos PARU correspondente à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, conforme quadro seguinte:

CENTRO URBANO	Inv. Total Final	Inv. Elegível Final	FEDER Final (c/IF)	FEDER Final (s/IF)
Mortágua	1.033.250,00 €	1.033.039,40 €	888.083,49 €	878.083,49 €

De igual modo se remete a minuta do contrato a estabelecer entre a Autoridade de Gestão e o Município, para que obtenha a vossa validação.

Os meus melhores cumprimentos,

A Vogal Executiva da Comissão Diretiva


(Isabel Damasceno)

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA
APRESENTADO PELO
MUNICÍPIO DE _____

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. Em reconhecimento da importância das cidades na aplicação da «Estratégia Europa 2020», a dimensão urbana da Política de Coesão foi consideravelmente reforçada para o período 2014-2020.
- iii. Tal é particularmente evidente no que diz respeito ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que, ao apoiar o desenvolvimento urbano sustentável, através dos investimentos territoriais integrado, concretizados em ações integradas em estratégias para enfrentar os desafios económicos, ambientais, climáticos, demográficos e sociais que afetam as zonas urbanas, tendo simultaneamente em conta a necessidade de promover ligações entre os meios urbano e rural, impõe aos Estados-membros a afetação de, pelo menos 5% da respetiva dotação, ao apoio a estratégias de desenvolvimento urbano integrado e sustentável (a dotação FEDER para os centros urbanos complementares não entra para a meta de 5%).
- iv. Resulta do artigo 120.º da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 fevereiro, Portaria alterada pela Portaria n.º 404-A/2015, de 18 novembro e pela Portaria n.º 238/2016, de 31 de agosto, e do Programa Operacional Regional do Centro, que os Municípios que integram, no seu território, centros urbanos complementares devem apresentar um Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), desde que pretendam

contratualizar com o Programa Operacional referido a prioridade de investimento inscrita no Eixo 7 - Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR) -, designadamente: 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

- v. Os PARU, tendo presente a estratégia de intervenção ao nível da regeneração urbana, são aprovados pela Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional do Centro, tendo em consideração os pareceres emitidos pelas Direções de Serviços da Comissão do Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com competências nas áreas abrangidas pelos planos, designadamente a Direção de Serviços de Ordenamento do Território e a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional.
- vi. A 1 de abril de 2016 foi publicado o Convite Centro-16-2016-01, para apresentação de candidaturas relativas ao PARU.
- vii. O processo de seleção dos PARU incorporou a avaliação da coerência e qualidade do PARU, numa 1.ª fase e, numa 2.ª fase, os resultados relativos à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do PARU.
- viii. O processo de negociação permitiu concluir um acordo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e os Municípios onde se localizam os Centros Urbanos Complementares a quem foi dirigido o Aviso de Concurso.

é celebrado o presente contrato entre:

a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, neste ato representada por Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão, que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos previstos na Resolução de Conselho de

Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de Dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 242, de 16 de dezembro e no Despacho n.º 6756/2014, de 19 de Maio de 2014 do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º.99, de 23 Maio de 2014, adiante designado como primeiro outorgante;

e o

Município de _____, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal _____, _____, adiante designado como segundo outorgante.

Cláusula 1ª

Natureza

O Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de _____, tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante.

Cláusula 2ª

Âmbito

O presente contrato é celebrado ao abrigo do n.º 1 e n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento (UE) n.º 1301/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, e do n.º 4 do artigo 120.º da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 404-A/2015, de 19 de novembro, e pela Portaria n.º 238/2016, de 31/8, que republicou, em anexo, o Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, e define os termos e condições em que a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, como Programa financiador, apoia o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) acordado com o segundo outorgante, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 3ª**Dotação financeira**

Para o financiamento do PARU, o primeiro outorgante assegura para o período de vigência do Programa um apoio global de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional que totaliza €_____ (_____ euros), sujeito a revisão aquando e nos termos, do exercício de avaliação previsto no n.º 3. da Cláusula 7ª, para comparticipar os projetos enquadrados na Prioridade de Investimento 6.5.

Cláusula 4ª**Prioridade de Investimento**

É abrangida pelo presente contrato, a seguinte prioridade de investimento:

6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;

Cláusula 5.ª**Conteúdo e periodicidade dos relatórios de execução**

O segundo outorgante compromete-se a colaborar com o primeiro outorgante na elaboração dos relatórios anuais de execução do PO, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de informações, dados e exemplos e respetivo material de suporte, (incluindo registos de imagem) de realização e impacto/ resultado, sobre as iniciativas e atividades de comunicação, promoção ou informação que tenham sido desenvolvidas no contexto das suas competências ou que tenham sido desenvolvidas pelo beneficiário, sem prejuízo de relatórios intercalares que venham a ser definidos pelo primeiro outorgante, designadamente quanto ao contributo para previsões de execução.

Cláusula 6.ª**Organização do dossier das operações**

O segundo outorgante deve manter permanentemente atualizado um registo em suporte informático referente a todas as operações, de acordo com a estrutura prevista nas orientações emitidas pelo primeiro outorgante.

Cláusula 7ª**Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. O segundo outorgante compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas do POR Centro através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado, associados à prioridade de investimento 6.5, das operações contratualizadas resultante do processo de avaliação do PARU, e que constitui o Anexo 1 do presente contrato.
2. O PARU integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista no ponto 15 do Aviso de Abertura de Concurso Centro-16-2016-03, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O PARU é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas. Assim, e como resultado desta avaliação, poderão as operações previstas para a 2.ª fase poder vir a ser co-financiadas, desde que o processo de avaliação global previsto para 2019 permita libertar recursos que as acolham.
4. O segundo outorgante, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e do PO financiador, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.



5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente Cláusula poderá haver um processo de avaliação relativo à operacionalização e aos primeiros resultados da implementação do PARU.

Cláusula 8.ª

Revisão e Resolução

1. As Cláusulas constantes do presente contrato podem ser revistas, por iniciativa de qualquer um dos outorgantes em face da alteração significativa das circunstâncias que determinaram os seus termos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o incumprimento, por parte de qualquer dos outorgantes, das obrigações resultantes do presente contrato, que torne impossível ou dificulte seriamente a realização dos seus objetivos, confere ao outro o direito de proceder à sua resolução.
3. No caso de resolução, o segundo outorgante deverá proceder à atualização, no prazo definido pelo primeiro outorgante, no Sistema de Informação do Programa Operacional, de toda a informação relevante relativa a cada uma das operações.

Cláusula 9ª

Elementos integrantes do PARU

Fazem parte integrante do presente contrato os seguintes anexos:

- a. Quadro com lista de operações acordado na fase negocial e quantificação das metas dos indicadores de desempenho do PARU (realização e resultado) para 2018 e 2023 - Anexo 1.

Cláusula 10ª

Vigência e produção de efeitos

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorar o Programa Operacional Regional do Centro e não for denunciado por algum dos outorgantes.

Em, _____ de ____ de 2016

O presente contrato é feito em duplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro

Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão

O Presidente da Câmara Municipal _____

Anexo 1

Quadro com lista de operações acordado na fase negocial e quantificação das metas dos indicadores de desempenho do PARU

ry

